



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA**

EDMAR NEVES DE QUEIROZ

**A CONTRIBUIÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA
FAMILIAR DO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO CONDE, BAHIA**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2018

EDMAR NEVES DE QUEIROZ

**A CONTRIBUIÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA
FAMILIAR DO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO CONDE, BAHIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gestão Pública.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Maria Vilma Coelho Moreira Faria.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2018

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da Unilab
Catalogação de Publicação na Fonte

Q43c

Queiroz, Edmar Neves de.

A contribuição das políticas públicas para a agricultura familiar do município de São Francisco do Conde, Bahia / Edmar Neves de Queiroz. - 2018.

46 f. : il. mapas, color.

Monografia (especialização) - Instituto de Educação a Distância, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2018.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Vilma Coelho Moreira Faria.

1. Agricultura familiar - São Francisco do Conde (BA). 2. Política pública - São Francisco do Conde (BA). I. Campo Para Todos (Brasil). II. Programa Nacional de Aquisição de Alimentos (Brasil). III. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 338.098142

EDMAR NEVES DE QUEIROZ

**A CONTRIBUIÇÃO DA POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA
FAMILIAR DO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO CONDE, BAHIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gestão Pública.

Aprovado em: 14/07/2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Maria Vilma Coelho Moreira Faria (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof.^a M.^a Joilma Menezes Sales

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof.^a Dr.^a Marília de Franceschi Neto Domingos

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

A Deus.

Aos meus avós, meus pais
Eduardo e Maria, Adriana e
a minha filha Maria Eduarda.

AGRADECIMENTOS

À DEUS, pela minha existência.

Ao Prof.^a Dr.^a Maria Vilma pela excelente orientação.

Aos professores participantes da banca examinadora pelo tempo, pelas valiosas colaborações e sugestões.

Aos colegas da turma de Especialização, pelas reflexões, críticas e sugestões recebidas. Aos colaboradores entrevistados, pelo precioso tempo concedido nas entrevistas.

A Associação de moradores de Jabequara das Flores, pela atenção, paciência, colaboração e amizade.

A São Francisco do Conde e todo o recôncavo baiano, território de meus ancestrais. As Professoras Joilma e Jaciara Santana pela cordialidade e presteza.

A SEMAP-Secretaria Municipal de Meio Ambiente Agricultura e Pesca. Aos colaboradores das bibliotecas públicas.

RESUMO

O presente trabalho investigou a contribuição das políticas públicas para a agricultura familiar de São Francisco do Conde. O principal objetivo em estudo foi compreender a inexpressiva participação da agricultura familiar. Analisou-se sob perspectiva histórica as principais políticas públicas voltadas para a agricultura familiar no Brasil e que paulatinamente foram implementadas município. Foram realizadas entrevistas na SEMAP - Secretaria Municipal de Meio Ambiente Agricultura e Pesca, na Associação de Moradores de Jabequara das Flores e aplicado um questionário com 12 perguntas fechadas e abertas. Assim, passou-se da atuação do SEMAP, a conhecer o perfil de 28 agricultores desta associação e de avaliar as principais políticas públicas, da atual gestão pública, seus desafios e propor soluções para os principais obstáculos enfrentados. Nas entrevistas assim como nos questionários diagnosticou-se que o PNAE e o Campo para Todos são respectivamente as duas principais políticas públicas para a agricultura familiar de São Francisco do Conde. A maioria dos participantes, (67,85%) avaliam como regular, a política pública elaborada pelo Poder Público voltada para a agricultura familiar, todavia a Gestão Pública Municipal é bem avaliada por (82,14%) como boa. A qualificação é considerada um fator positivo enquanto que a falta de incentivo é o fator que mais prejudica a agricultura familiar. Quanto aos obstáculos, foram elencados a distribuição desigual dos recursos do PNAE, dificuldades em comercializar e organizar as feiras livres e de implementar políticas como o PAA.

Palavras-chave: Agricultura familiar - São Francisco do Conde (BA). Campo Para Todos (Brasil). Política pública - São Francisco do Conde (BA). Programa Nacional de Aquisição de Alimentos (Brasil).

ABSTRACT

The present work investigated the contribution of public policies to the family agriculture of San Francisco do Conde. The main objective in study was understanding the insignificant participation of family agriculture. The main public policies focused on family agriculture in Brazil were analyzed in historical perspective and gradually implemented Municipality. Interviews were held at SEMAP-Municipal secretariat for Environment agriculture and Fisheries, in the association of residents of Jabequara das Flores and applied a questionnaire with 12 questions closed and open. Thus, it went from the performance of the SEMAP, to know the profile of 28 farmers of this association and to evaluate the main public policies, of the current public management, its challenges and propose solutions to the main obstacles faced. In the Interviews as well as in the questionnaires it was diagnosed - If That the PNAE and the field for all are respectively the two main public policies for Family Agriculture Dand Saint Francis of the Count. Most participants, (67.85%) evaluate how regular , the policy public made by the public power focused on family agriculture, while Municipal public management is well evaluated by (82.14%) as Good. Qualification is considered a positive factor while the lack of Incentive Right The most damaging factor in family farming. As for the obstacles, the distribution of listed Uneven PNAE's resources, difficulties in marketing and organizing free trade shows and implementing policies such as PAA.

Keywords: Family agriculture - São Francisco do Conde (BA). Field For All (Brazil). National Food Acquisition Program (Brazil). Public policy - São Francisco do Conde (BA).

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Ruínas da Imperial Escola Agrícola - 2018	23
Figura 2	Integração Agro Petrolífera em Zona Rural franciscana	24
Figura 3	Mapa de Abairramento de São Francisco do Conde	25
Figura 4	Entrega de Barracas no Bairro da Roseira - 2015	29
Figura 5	Faixa da BA-522 ponto de Barracas de Santa Elisa - 2018	29
Figura 6	Local destinado a feira livre na SEDE em junho de 2018	36

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Distribuição dos associados por sexo	32
Gráfico 2	Distribuição por faixa etária	33
Gráfico 3	Distribuição por formação acadêmica	33
Gráfico 4	Principais Políticas Públicas	34
Gráfico 5	Fatores que contribuem com a agricultura familiar	34
Gráfico 6	Fatores que prejudicam a agricultura familiar	35
Gráfico 7	Avaliação das atuais políticas públicas para a agricultura familiar	35
Gráfico 8	Avaliação Atual das Gestões Públicas para a Agricultura Familiar	36

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Mecanização Agrícola Dados de 2017/2018	28
Tabela 2	Distribuição de sementes	29
Tabela 3	PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar	30

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
EBDA	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola
Fig.	Figura
IAA	Instituto do Álcool Anidro
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
NBR	Norma Brasileira Regulamentar
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Aquisição de Alimentos
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RLAM	Refinaria Landulpho Alves
SEMAP	Secretaria Municipal de Meio Ambiente Agricultura e Pesca
UNILAB	Universidade de Integração Internacional de Lusofonia Afro Brasileira
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo Baiano

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1	POLÍTICAS PÚBLICAS	16
2.2	POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL.....	16
2.3	POLÍTICAS PÚBLICAS E AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL	18
3	ASPECTOS METODOLOGICOS.....	19
4	AGRICULTURA FAMILIAR DE SÃO FRANCISCO DO CONDE	21
5	DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	26
5.1	PROGRAMA CAMPO PARA TODOS	26
5.2	PNAE-PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.....	30
5.3	RESULTADOS DOS 28 QUESTIONÁRIOS	32
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	38
	REFERÊNCIAS.....	41
	APÊNDICES.....	43

1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar do município do recôncavo baiano de São Francisco do Conde é considerada carente e constitui-se de forte dependência de políticas públicas. É significativa a proporção de terras propícias a agricultura no município, mas que entretanto, não são utilizadas para a produção de alimentos, o que desperta a curiosidade de compreender a atual condição desta atividade econômica. No coração do território do recôncavo baiano onde está localizado esta cidade, desde os seus primórdios durante a colonização portuguesa a cidade era desenvolvida com o desumano comércio e trabalho escravista que juntamente com a produção de cana e de açúcar implantou dezenas de engenhos espalhados pelo seu território formado pelo riquíssimo solo massapê.

Alguns desses engenhos movidos a tração humana, animal e por rodas d'água prosperaram até se tornarem sofisticadas usinas sucroalcooleiras propulsionadas a vapor. A partir de meados do século XX, tais usinas foram perdendo a sua importância socioeconômica e a cidade passou a ser transformada pela descoberta, exploração, produção e refino industrial do petróleo e da construção de poços petrolíferos, plataformas marítimas e da primeira refinaria do país: Refinaria Nacional do Petróleo que depois é nomeada como Refinaria Landulpho Alves - RLAM em homenagem ao importante interventor federal, engenheiro agrônomo e político vinculado a Vargas que contribuiu significativamente para a agricultura nacional e pela Lei do Petróleo (SANTANA,2011).

Este processo de desenvolvimento industrial petrolífero fez com que a produção agrícola em especial a da agricultura familiar tivesse um papel irrelevante e desigual para o município. Atualmente, o setor primário possui uma participação econômica inexpressiva para a renda do município, segundo IBGE (2015) muito abaixo de 1% do PIB-Produto Interno Bruto. Torna-se necessário compreender esta pequena participação que mesmo com incentivos do governo este setor no município vive sob inércia. Afinal, a produção agrícola, em especial a da agricultura familiar é a base para a alimentação, combate à fome e fonte de renda para muitas pessoas, inclusive as com menor poder aquisitivo.

A agricultura familiar é fundamental na base alimentar dos brasileiros. Segundo o MDA (2017) representa cerca de 80% do que é consumido e possuem no Nordeste uma quantidade expressiva de colaboradores com cerca de 665 mil famílias. A Bahia é principal estado que contribui para a agricultura familiar e um dos maiores produtores do país em alimentos como a mandioca e frutas, que vem sendo fortalecido com programas de incentivo do governo. Algumas políticas públicas como o Programa Campo para Todos, sob lei Municipal 209/2011 e o

Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) sob a Lei nº 11.947, de 16/6/2009, entre outras vem sendo desenvolvidas no município. Estes programas são importantes tanto para a nutrição de estudantes da rede municipal de ensino quanto para a agricultura familiar.

Assim, o presente estudo objetivou avaliar a participação dos agricultores familiares nos programas Campo para Todos e o PNAE, bem como, analisar os desafios que os agricultores têm enfrentado tais como a burocracia e o clientelismo, para acessar estes Programas; identificar a contribuição das políticas públicas aos agricultores no que tange a melhoria da qualidade de vida e para o desenvolvimento rural, propor melhorias para a gestão pública no que tange a agricultor familiar. Serão relatadas também as dificuldades e os avanços dos Programas Campo para Todos e do PNAE e a sua contribuição para o desenvolvimento rural, tendo como universo de estudo o município de São Francisco do Conde.

As políticas públicas e suas reflexões sobre a agricultura familiar serão tratadas no capítulo dois. Para isso será realizado uma pesquisa de fontes secundárias. Os dados secundários foram obtidos em sites como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), Fundação Nacional de Desenvolvimento Escolar (FNDE) o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Portal da Prefeitura do Município. No capítulo três serão abordados os aspectos metodológicos e suas estratégias para a realização deste presente trabalho.

No capítulo quatro abordaremos historicamente as particularidades e potencialidades agrícolas do município, também será analisado o Programa Campo para Todos, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e demais políticas públicas voltadas para a agricultura familiar que abrange o município. Os resultados do estudo de campo serão apresentados no capítulo cinco e analisados os dados primários levantados através de entrevistas com representante da Associação Comunitária dos Moradores de Jabequara das Flores que fica localizada na zonarural do município de São Francisco do Conde e membros da Secretaria Municipal de Meio Ambiente Agricultura e Pesca-SEMAP. A entrevista “consiste no desenvolvimento de precisão, focalização, fidedignidade e validade de certo ato social como a conversação”. (Goode e Hatt,1969). Para a realização das entrevistas, foi utilizado um roteiro semiestruturado. Por fim, aplicou-se um questionário com 28 pessoas envolvidas com a agricultura familiar nesta comunidade para compreender a situação destes agricultores familiares e a abrangência das políticas públicas. No Capítulo seis serão abordadas as devidas considerações finais. Busca-se que esta monografia venha contribuir futuramente com um estudo mais amplo sobre o tema para o município como um todo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo serão apresentadas reflexões teóricas acerca das políticas públicas e destas aplicadas no Brasil, focalizando a situação da agricultura familiar onde será abordado a evolução histórica e socioeconômica e processo político ocorridas para este setor.

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS

As políticas públicas têm sido criadas no intuito de tentar solucionar às demandas sociais, representando o compromisso público de atuação numa área delimitada e em determinado prazo. É mediante as políticas públicas que são distribuídos ou redistribuídos bens, recursos e serviços, em atendimento às demandas sociais. (Cunha e Cunha, 2002)

Não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública. Para RUA (2012, p.19) “as políticas públicas são resultantes da atividade política e que esta consiste na resolução pacífica de conflitos, processo essencial à preservação da vida em sociedade”.

A expressão “políticas públicas” servem para indicar a atividade ou um conjunto de atividades cujo o Estado é provedor de tais ações, cujo principal dever é manter a ordem social. Elas configuram-se em ações que tendem a ser pacíficas e prioritárias dos quais recursos públicos são designados para a resolução de conflitos.

O Estado brasileiro possui alguns problemas seculares, principalmente em alguns setores da economia como a agricultura que em alguns municípios brasileiros não são bem aproveitados os seus potenciais agrícolas, as tecnologias ainda são defasadas, a desigualdade de terras levam a disputas por terras e a falta de incentivo que podem acarretar problemas graves como o inchaços das grandes cidade provocados pelo êxodo rural e falta de segurança alimentar em virtude de pouca produção e consumo de alimentos saudáveis oriundos da agricultura familiar.

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

O Brasil é considerado um país rico e desigual. Trata-se de um dos maiores produtores mundiais de commodities como a soja, milho e cana de açúcar. Entretanto, historicamente a nação não conseguiu realizar a sua função distributiva. As políticas econômicas foram predominantes em detrimento as políticas sociais. (SANTOS, 2010)

O resultado deste processo é o abismo social formado expresso em preocupantes indicadores socioeconômicos. Como o índice de Gini brasileiro que segundo o RDH- Relatório

de Desenvolvimento Humano (2015) é 0,515 considerado o décimo país mais desigual do mundo. Nunca houve uma preocupação profunda com a sociedade brasileira no tocante a sua desigualdade.

O fim da monarquia coincidiu com as pressões nacionalistas e europeias para políticas ao fim do lucrativo tráfico negreiro, afim de com o tal sistema poder criar um potente mercado consumidor. Matias -Pereira (2012) afirma que:

o Brasil nunca teve um sistema federal autêntico. A constituição brasileira foi uma adaptação da constituição americana. Da Proclamação da República até 1930 foi um pacto de oligarquias. A partir da década de 30 com a era Vargas ocorreu a centralização do poder e que vigorou com a ditadura militar. Entre 1964 e 1984 o estado Brasileiro orientou-se para a promoção do desenvolvimento e acumulação capitalista, industrialização e modernização das instituições econômico financeiras. Motivo as quais dificultam até hoje a participação da sociedade.

O Brasil, maior país escravocrata do mundo foi a última nação a abolir a escravatura. Esse processo libertário não se preocupou em se criar uma política indenizatória sequer para os afro-brasileiros, nem indígenas, que constituem a grande maioria da população. Não foi abolido o monopólio das terras principal fonte de poder econômico e principal meio de produção na época. Ao invés disso, implementaram políticas para atrair imigrantes europeus e asiáticos a fim de “valorizar” a genética do povo e aumentar a tecnicidade das lavouras brasileiras.(DAGOBERTO,2009)

A elite brasileira oriunda da aristocracia rural, desde a época das sesmarias vem sendo privilegiada. Atualmente é proprietária da maior parte das terras brasileiras que são destinadas ao cultivo e exportação de commodities. Esta abastada classe exerce até hoje grande poder político e marcou muito a república café com leite com pensamentos positivistas e o movimento ruralista. Um dos marcos desse movimento foi a criação do Instituto Imperial Agrícola pelo país que buscou criar mão de obra especializada para alavancar o setor açucareiro. Por outro lado, políticas segregaram e compactuaram com o grande atraso social da maioria da população constituída de ex-escravos, indígenas, mestiços, pobres que vivem execrados nos guetos, favelas e subempregos do país.

Na década de 30 veio o Estado desenvolvimentista e o progresso a qualquer preço. A agro exportação pautada no monopólio de grandes latifúndios foi a base para todo esse período. Com a ditadura militar essa situação em quase nada mudou. Tal época foram marcadas por perseguições, assassinatos, coerção, exclusão social e políticas voltadas para o desenvolvimento urbano e a agro exportação favorecendo a elite rural. (DAGOBERTO,2009) Os anos 80 foram

marcados pela democratização do país e pela crise do nacional- desenvolvimentismo. O regime de políticas públicas sofreu uma alteração profunda com a criação, a partir da Constituição de 1988, de mecanismos de participação da sociedade civil na formulação, na implementação e no controle das políticas. Mudanças se fizeram sentir na gestão pública e nas políticas públicas sob o efeito, portanto, de dois movimentos: a democratização, orientada pela perspectiva de direitos, e a busca da eficiência na utilização de recursos públicos. (FARAH,2016)

Nesse contexto, após séculos de exclusão das pautas de discussão, as políticas públicas passaram a ocupar um lugar central na agenda governamental. Na década de 90 após foi decretada pelo governo Federal, a lei de política agrícola (8.171 de 17.01.91) para regulamentar toda a atividade agrícola brasileira.

Em 1996 pelo decreto de nº 1.946, foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar- PRONAF, primeira política pública diferenciada que exclusivamente incentiva a agricultura familiar através de crédito financeiro e que foram sendo aprimorados em 2003 pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de com o lançamento do Programa de Aquisição De Alimentos- PAA que possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. e com o Programa Nacional de Alimentação Escolar -PNAE- Instituído pela Lei no. 11.947/2009 importantíssima para a alimentação escolar.

Estas políticas foram pioneiras e importantes para a melhoria na vida de muitos brasileiros. Juntamente com o Bolsa Família, tais políticas proporcionaram melhorias significativas nos últimos anos, tirando milhões de brasileiros da linha da miséria.

Para além disso, recentemente no país, foram implementados a eletrificação rural, saneamento e água encanada para o campo. Houve melhorias significantes, na área da saúde, emprego, renda e qualidade de vida enquanto que a questão da reforma agrária vem sendo resolvida dificilmente e de forma discreta. Tais políticas voltadas para o campo e para a agricultura familiar são importantíssimas, imprescindíveis para garantir a segurança alimentar, gerar renda e evitar o êxodo rural.

2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS: AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

Antes, a agricultura familiar era chamada de pequena agricultura ou agricultura de subsistência que é aquela destinada ao consumo e a manutenção da base alimentar colonial brasileira (PRADO JR,2011). A recente expressão “agricultura familiar “ganhou força em meados da década de 90 e em 2006 torna-se categoria econômica. (ABRAMOVAY,2003, apud ORTEGA E MENDONÇA,

p.102,2007).

Segundo a Lei 11.326/2006 faz parte da agricultura familiar, os praticantes de atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais¹; utilize e dirija o seu estabelecimento e empreendimento com mão de obra da própria família e que tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas na forma definida pelo Poder Executivo (MDA,2017). O módulo fiscal é uma unidade de medida fixada diferentemente para cada município, que leva em conta o tipo de exploração predominante no município; a renda obtida com a exploração predominante; outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada; conceito de propriedade familiar. No caso de São Francisco do Conde 1 modulo fiscal equivale a 7 ha. Enquanto que quatro módulos fiscais equivale a 28 ha. (INCRA,2018).

A agricultura familiar caracteriza-se pelo modo de produção familiar, ou seja, modo de produção que utiliza sujeitos que guardam relações afetivas. Apenas eventualmente e em condições excepcionais, as unidades agrícolas familiares utilizam de mão de obra contratada (LEMOS, 2012, apud MONTEIRO, p.15,2016). É nítido que essas políticas públicas variam de acordo com a regionalidade do país e diferem muito territorialmente. O Nordeste detém 49,7% dos estabelecimentos agrícolas familiares do país, quando comparado com as demais regiões. Apesar disso, os nordestinos têm mais dificuldades de desenvolvimento do que os produtores rurais do restante do país, devido, principalmente, às condições desfavoráveis do clima semiárido e o baixo poder aquisitivo. (MDA, 2017)

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A observação dos fatos segundo GIL (2008) “procedimento fundamental na formulação de hipóteses” foi primordial para o presente trabalho que buscou compreender sobre a agricultura familiar de São Francisco do Conde através da seguinte observação: O panorama da agricultura familiar do município e suas políticas públicas não são divulgadas, o que desperta a curiosidade para elucidar na qual condição se encontra este setor econômico. O presente estudo foi pautado na seguinte hipótese: Se as políticas públicas contribuem para a agricultura familiar, então estas são inexpressivas pois, não conseguem tornar o setor primário da economia como uma alternativa de fonte de renda e segurança alimentar para os munícipes. A

pesquisa tem como objetivo geral avaliar a participação da agricultura familiar no município doravante o incentivo das políticas públicas e como objetivos específicos busca compreender as barreiras e desafios da agricultura familiar para o município franciscano; analisar a participação do Programa Municipal Campo para Todos e conhecer a atual situação dos agricultores da Associação de Moradores de Jabequara das Flores e a sua experiência com o PNAE.

Em relação aos procedimentos, tal pesquisa é documental dos quais foram encontrados dados primários estatísticos diretamente na Secretaria Municipal de Meio Ambiente Agricultura e Pesca-SEMAP. Também é considerado bibliográfica, pois “foi elaborado a partir de material já publicado” (PRODANOV, 2013). Chegou-se a dados secundários nos livros de leituras correntes e pela Internet, através de sites específicos. Resultou-se no levantamento bibliográfico, uma maior compreensão a respeito do assunto estudado bem como a referência para a pesquisa de campo.

A pesquisa ocorreu entre os meses de abril e de maio de 2018, na SEMAP e na Associação de Moradores de Jabequara das Flores, através de três entrevistas que serviram para avaliar o perfil dos entrevistados e opiniões sobre as políticas públicas voltadas a agricultura familiar do município e com a aplicação de um questionário.

Tal entrevista foi considerada não dirigida, pois “há liberdade total de expressão de opiniões por parte do entrevistado opiniões” e é “focalizada, pois cabe ao entrevistador deixar o entrevistado a vontade porém incentivá-lo a falar sobre o assunto sem, entretanto, força-lo a responder “ Tal questionário possui questões com” perguntas de Fato” que visam obter questões concretas como estado civil, sexo, idade; de “Escolha Múltipla” de avaliação e de opinião que emitem um julgamento através de uma escala, e por fim, uma pergunta aberta para que o informante livremente faça uma sugestão. (LAKATOS e MARCONI, 2016).

No capítulo seguinte será tratado sobre as políticas públicas que contribuem para a agricultura familiar de São Francisco do Conde. Será abordado historicamente, o processo de formação territorial do município, as potencialidades agrícolas da cidade, o seu apogeu agrícola, as suas políticas agrícolas de implantação de engenhos e usinas, o papel da Imperial Escola Agrícola, a transformação rural após a descoberta de poços de petróleo e implantação da refinaria. Investigaremos as condições atuais da agricultura familiar e a sua inexpressiva participação na renda do município, a ações dos atores políticos e os desafios para este segmento.

4 AGRICULTURA FAMILIAR DE SÃO FRANCISCO DO CONDE

O município originou-se da sesmaria doada por Mem de Sá, terceiro governador-geral da país ao Conde Fernão Rodrigues Castello Branco em 1559. Após heranças, doações e desmembramentos sucessivos, os jesuítas Franciscanos ganham uma porção de terra parecido com a de um sítio, na qual erguem o Convento e a Igreja de Santo Antônio. Em homenagem ao Conde de Linhares e ao padroeiro, o povoado é denominado de São Francisco do Sítio ou Sítio de São Francisco do Conde (PEDREIRA,1976).

A sua localização estratégica, foz do rio Sergimirim e as margens da Bahia de Todos os Santos desenvolveu, a partir de 1563, no massapê, solo cretáceo de ordem vertissol de coloração escurecida, com grande plasticidade e riquíssimo em matéria orgânica, uma próspera indústria do açúcar, considerado como “ouro branco” por ser uma especiaria bastante procurada na Europa, além de servir na produção de cachaça. No final do século XIX enfrenta uma crise motivada entre outros fatores, pela concorrência Internacional com técnicas modernas como a que extraia açúcar da beterraba na Europa; escassez de mão de obra e baixa produtividade. Logo, assim, tais áreas ocupadas na lavoura do município, passam a servir para a pastagem e experimentos como o cultivo do cacau (seu cultivo é referência até hoje no atual local chamado: Engenho D’Água), banana, fumo, dendê, mamona, cravo da índia, eucaliptos, pinheiros, bambus e até mesmo o café; transformaram a paisagem rural do município que reduziram os extensos canaviais até serem transformadas pela extração mineral da Petrobrás (CUNHA,1977).

As capitanias hereditárias foi uma das primeiras políticas públicas do Brasil. Objetivou-se incentivar a ocupação do território e a proteção contra invasores da terra recém descoberta brasileira. Essa política pública foi adotada a fim de explorar a terra de modo regular e preservar a conquista diante dos interesses de outras nações europeias. Assim o Estado luso constituiu a primeira política social em solo brasileiro.” (DAGOBERTO,2009).

Foram doadas catorze capitanias divididas em quinze lotes entre 1534 e 1536. A partir disso, foram implantadas o sistema de divisão de terras conforme lei das sesmarias no qual se o proprietário não fertilizasse a terra para a produção e a semeasse esta seria repassada para outro agricultor interessado que fazia parte de um grupo seletivo formado por militares e nobres portugueses. Tal sistema não levou em conta o direito da população nativa, indígenas que já habitavam o solo brasileiro. Séculos mais tarde, esta política segregativa vai culminar em conflitos por disputas territoriais entre latifundiários, indígenas, quilombolas e lavradores por todo o território nacional.

O Brasil colonial foi um país de caráter predominantemente monocultor, agroexportador, patriarcal, escravagista e elitista. As políticas públicas eram predominantemente voltadas para os

ciclos econômicos e atendimento aos interesses patrimoniais dos latifundiários e mercantilistas das metrópoles europeias. A preocupação predominante era com a principal exploração de pau brasil, cana de açúcar, algodão, borracha, fumo, mineração e café. Também cuidava em promover o desumano, hediondo e lucrativo sistema escravagista que secularmente beneficiou uma pequena casta de brasileiros e que criou um abismo social difícil de se reverter até os dias atuais.

É notado que esta localidade possui um passado histórico de escravidão e de domínio de terra pelos fazendeiros locais, conseqüentemente é percebido em sua história o domínio do modelo escravista, que apesar da libertação em 1988, dos negros advindo da África, isto não foi suficiente para diminuir as desigualdades sociais, que perduraram séculos até os dias atuais. (SILVA et al,2014)

Em 1822 são suspensos o sistema de sesmarias e em 1850 foi criada a Lei das Terras que beneficiou a aristocracia rural no qual somente haveria ocupação de terras por meio de compra e venda ou de autorização da coroa. Aqueles que já estavam nela, receberam o título de proprietário, entretanto, tinha que residir e produzir na terra. No município, em 1832 para incentivar a agricultura e demais atividades foi instalada a Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria que objetivava fomentar a agricultura, o comércio a indústria e as artes” como verdadeiras fontes de riqueza e glória das nações “. (PEDREIRA,1984).

Durante este período no Brasil é criado o ruralismo que foi, um movimento ocorrido entre 1880 e 1930, reunindo oligarquias agrárias organizadas na Sociedade Nacional de Agricultura (1901), e do MAIC - Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (1909). É neste contexto que o imperador Dom Pedro II, em passagem pelo nordeste cria a Imperial Instituto Baiano de Agricultura em 1859, que posteriormente é responsável pela fundação da 1ª Escola Agrícola Brasileira. (1877- 1930) Instituição de ensino superior em solo baiano, no coração do recôncavo em São Francisco do Conde que enfrentou inúmeras dificuldades burocráticas, financeiras, escassez de mão de obra para ser construída, falta de professores qualificados e até de evasão escolar:

Como a população rural, que vagando pelo Recôncavo da Bahia prefere mariscar e plantar em terras alheias a se submeter ao trabalho nos engenhos, os alunos do curso elementar reagem contra o assalariamento preferindo se incorporar ao trabalho no âmbito familiar de subsistência. (TOURINHO,1982)

Tal política, não demonstrou ser um anseio da população local que pouco se entusiasmou com a Escola Agrícola, pois era notório a evasão escolar e a preferência dos pais em destinar os seus filhos adolescentes para pescar, mariscar e plantar em terras arrendadas em detrimento a estudar para trabalhar nos engenhos que possuíam condições precárias de trabalho. Muitos lavradores migram para a capital e para o sul do estado atrás de melhores condições e salários e

respectivamente passam a trabalhar em lavouras de cacau por exemplo.

Figura 1 - Ruínas da Imperial Escola Agrícola - 2018



Fonte: Edmar Neves (2018)

A Imperial Escola Agrícola foi um marco expressivo para a educação do Brasil e para a economia deste município que entretanto, desastrosamente por questões política-financeiras tal instituição fecha as suas portas em 1930, formando agrônomos e operários agrícolas que pouco contribuíram com a proposta da criação destes cursos que era o de zelar pela produção açucareira e elevar o nível técnico de seus produtores salvando a lavoura açucareira. Hoje livros, documentos e parte das teses defendidas por seus alunos encontra-se disponível no acervo da UFRB-Universidade Federal do Recôncavo localizado em Cruz Das Almas Bahia, enquanto que no município existe a dificuldade de encontrar um livro que se trate dele próprio em suas bibliotecas públicas. Sendo estes encontrados em sebos de lojas virtuais.

Além do solo, o subsolo franciscano também é riquíssimo afirmou em seus estudos, no início do século XX, o cientista e Engenheiro Civil Teodoro Fernandes Sampaio. Após o prenuncio da incidência de tremores de terra, relatou sobre a constituição do subsolo do recôncavo. Mais tarde através da contribuição de pesquisadores americanos e brasileiros no final da década de 40, em especial ao empenho do Engenheiro Agrônomo Manoel Inácio Bastos é encontrado petróleo no recôncavo baiano. (SINDIPETRO,2016).

Na era Vargas a industrialização do país passa a ser prioritária. A nação estava sedenta por matriz energética para possibilitar e garantir o seu desenvolvimento. Surge a implantação da refinaria, na antiga fazenda Barreto região atualmente conhecida como Mataripe e que causam uma transformação social muito grande na vida nos humildes marisqueiros, pescadores e lavradores do município franciscano. (SANTANA,2011)

O sistema de sesmaria e a Lei das Terras tornaram São Francisco do Conde um dos maiores concentradores de terras para propriedades rurais dos municípios do recôncavo baiano. Aliado aos baixos salários aplicados no Nordeste que continua sendo inferior até hoje aos do Sudeste. A partir da década de meados do século XX as usinas entram em franco declínio em virtude da baixa produção e escassez de mão de obra.

A Petrobras modificou o meio rural. Como pagava-se mais que os usineiros, potencializou o êxodo rural dos trabalhadores mais qualificados além de indenizar pelas utilizações das terras. Apesar da forte presença da economia petrolífera na região e no município, o setor agrícola ainda respondia positivamente pela economia local. São Francisco do Conde, segundo a Conder (1977 apud SANTOS, 2004, p. 114), procurava reativar a cultura da cana, através do governo do estado e do extinto Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) para a produção de álcool anídrico. Porém, esse empreendimento não foi além, devido aos seus inexpressivos resultados. A partir de então com a ditadura militar pouco se fez para o município franciscano. Se por um lado parte de seu território era da refinaria e a exploração de petróleo, por outro havia usinas açucareiras em forte declínio.

Atualmente, o resultado deste processo é traduzido pela grande concentração de terras expresso na divisão territorial do município, onde alguns lugarejos e distritos foram formados ao redor de antigos engenhos, igrejas e usinas. É comum encontrar em algumas localidades pouco povoadas do município uma integração agro petrolífera no qual grandes latifundiários se dedicam a criação de gados, arrendamento com empresas que produzem eucaliptos, pinhos e bambuzais e pela extração do petróleo, instalação de tubovias e estações logísticas da Petrobras.

Figura 2 - Integração Agro Petrolífera em Zona Rural franciscana

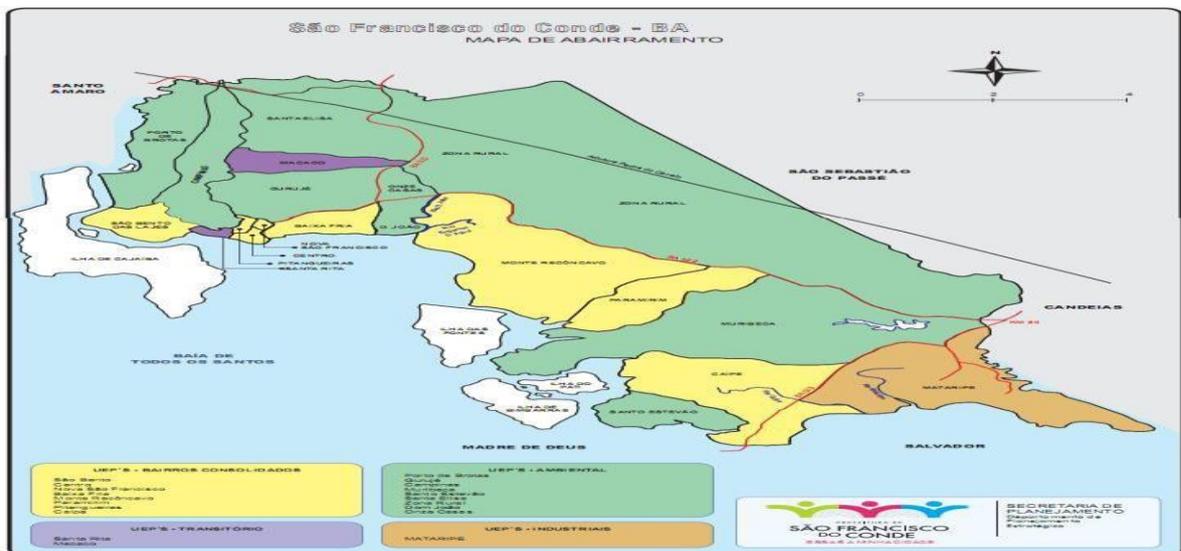


Fonte: Edmar Neves (2018).

A figura 2 ilustra a transformação ocorrida no século XX no território de São Francisco do Conde com a integração agro petrolífera no qual existe o consórcio entre a criação de bovinos, plantios de florestas e a extração de petróleo.

É neste contexto que, em 1972, através do Decreto da União 1.225/72, São Francisco do Conde foi enquadrada como “Área de Interesse e de Segurança Nacional”, devido a sua importância estratégica para o governo federal. A presença de importante fonte energética e da indústria petrolífera no município, alimenta o despertar pelo seu papel estratégico. Já era latente no período desenvolvimentista, que fora marcada pela instalação da Refinaria Landulpho Alves, em Mataripe. Durante este período, a presença do poder central, através dos militares, era intensa no município. (SANTOS,2004)

Figura 3 - Mapa de Abairramento de São Francisco do Conde



Fonte: São Francisco do Conde (2011)

A figura 3 trata-se do mapa do abairramento de São Francisco do Conde. Na cor lilás apresenta bairros transitórios que são parcialmente urbanizados, como o Santa Rita e o Macaco. Na cor branca estão representadas as ilhas: Cajuiba, das Fontes, Pati, Bimbirras. Na cor laranja destaca-se o bairro de Mataripe onde fica situada a RLAM –Refinaria Landulpho Alves. Na cor amarela estão representados os bairros consolidados como o Centro, Baixa Fria, Paramirim São Bento das Lages, Caípe, Monte Recôncavo. Enquanto que, na maior proporção do mapa, na cor verde está representado a zona ambiental constituída de zona rural e área de preservação ambiental do rio Joanes e algumas áreas de preservação permanente e proteção de nascentes de alguns riachos.

Durante o período da Ditadura o prefeito indicado, o senhor Dr.Claudemiro Oliveira Dias, funcionário da Petrobras comandou São Francisco do Conde durante 14 anos no período entre 1972 a 1985. Apesar da tentativa de atrair investidores, a atividade agrícola sobretudo a agricultura familiar ainda não era pauta prioritária para o governo, em uma cidade constituída de condições

precárias de moradia, saúde e educação. Na sua gestão foram priorizadas em parceria com a Petrobras, obras de infraestrutura em uma cidade que ainda não havia escolas, hospital, bancos, ruas asfaltadas, água encanada, telefone, esgotamento e até luz elétrica. Neste período desenvolvimentista, muitos franciscanos, abandonaram sua terra natal em busca de moradias melhores, oportunidades de estudos de formação superior que não havia na época. Muitos, atrás de continuidade de estudos, migraram para a capital baiana de Salvador (PEDREIRA,1976).

Até então, os governos anteriores foram marcados pelo clientelismo e coronelismo, onde usineiros e latifundiários mantinham o seu poder econômico e político em troca de favores e votos com a população. No Brasil, no final dos anos 1970, este cenário de descaso social com a agricultura começou a ser alterado. Estas mudanças incrementaram-se com a redemocratização a partir de meados da década de 1980 e com o debate da constituinte em 1988. As políticas públicas voltadas para a agricultura familiar no município foram introduzidas recentemente. O PNAE criado no Brasil na década de 50, só foi implantado no município durante a atual década. O único e principal programa municipal da prefeitura de São Francisco do Conde para a agricultura familiar é o Programa Campo Para Todos, implementado em 2011. Serve para incentivar a agricultura familiar e promover o desenvolvimento do setor agropecuário, por meio de benefícios administrativos e profissionalizantes, aumentando assim a produtividade e disseminando o conhecimento. São beneficiários do Programa Campo para Todos, produtores enquadrados nos programas sociais do Município, inclusive marisqueiros, quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais sem-terra acampados.

5 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para uma maior compreensão sobre a agricultura familiar do município este capítulo abordará as principais políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, através de levantamentos de dados e entrevistas semiestruturadas no SEMAP para compreender sobre as atividades e a abrangência do Programa Campo para Todos e também na Associação de Jabequara das Flores e de suas experiências com o PNAE-Plano Nacional de Alimentação Escolar.

5.1 PROGRAMA CAMPO PARA TODOS

Segundo SEMAP (2018) antes do Programa Campo para Todos existia ações públicas municipais voltadas para a agricultura, mas não era organizado, não se tinha sequer nome, nem

parecia se tratar de um programa. Em 1994 ainda não tinha secretaria de Agricultura. Era a DAPMA, Departamento de Agricultura Pesca e Meio Ambiente que não tinha autonomia e era menos importante que uma secretaria.

São Francisco do Conde que viveu sob ditadura, era área e segurança nacional por causa da refinaria, o seu gestor Claudemiro Oliveira Dias foi indicado. Ele foi um dos últimos prefeitos da época do regime militar. Com o fim da ditadura elegeu-se o primeiro prefeito da era democrática eleito através do voto popular foi o prefeito Pedro Carlos (1985/1988). Na época do Sr.ex-prefeito Osmar Ramos (1989/1992) e (1997/2000) tirou o departamento e criou-se a Secretaria de Agricultura Pesca e Meio Ambiente. Já na época do Sr.ex-prefeito Antônio Carlos Vasconcelos Calmon (2001/2008) torna-se Secretaria de Meio Ambiente Agricultura e Pesca. Nesta época chegou-se a entregar um caminhão de sementes aos agricultores. Na época que o falecido Sr. ex-prefeito Antônio Pascoal Batista (1993/1996) assume Maria Amélia secretaria da pasta cria o Campo Feliz. Em 2009, no primeiro mandato da falecida Sra. ex-prefeita Rilza Valentim de Almeida Pena (2009/2014), a secretaria divide-se em duas: Secretaria de Agricultura e Pesca - SEAP e Secretaria de Meio Ambiente-SEMA. O Campo Feliz é modificado e passa a ser o programa Campo para Todos. Com a morte de Rilza, o seu Vice Evandro assume e funde novamente a SEAP e SEMA criando a atual SEMAP. Com o governo” Lula” o foco passa a ser Segurança Alimentar.

A prefeitura de São Francisco do Conde, através do programa Campo para Todos implementado em 2009 no governo da ex-prefeita Rilza Valentim serviços para os agricultores familiares como distribuição de ferramentas como enxada; mecanização agrícola onde é feito a aragem e gradeamento do solo¹

¹ Entrevista com representante do SEMAP

Tabela 1 - Mecanização Agrícola Dados de 2017/2018

LOCALIDADE	HORAS/ TRABALHO	Nº DE AGRICULTORES ATENDIDOS
MURIBECA / FERROLHO E PONTA DO COCO	194,5 h	52
JABEQUARA	175,5 h	26
VENCIMENTO/ MADRUGA E COROADO	145,5 h	38
CAÍPE DE CIMA	115,5 h	25
SEDE (BAIXA FRIA, SÃO BENTO, ROSEIRA, GURUGÉ, CAMPINAS)	207,5 h	55
FAZENDA TANQUE	121 h	26
TOTAL	959,5 h	222

*Dados até maio 2018.

Fonte: SEMAP (2018).

Segundo a tabela 1, desde o ano passado até maio do presente ano de 2018 foram atendidos 222 agricultores com mecanização agrícola. A SEMAP também realiza curso de capacitação com parcerias com o SENAR, Embrapa. Mensalmente é realizado um projeto chamado Dia no Campo onde são dedicados 2 dias no mês para visitar comunidades rurais e oferecer oficinas, palestra e criação de hortas. As vezes não se tem muitos recursos.

O fim da EBDA trouxe problemas como o cadastro da DAP no município. As maiores comunidades agrícolas por produção são a Muribeca, em 2º lugar, o Coroado, Madruga e Vencimento e 3º Lugar Jabequara das Flores. Na sede existe os bairros da Roseira e o do Gurujé. A agricultura não é muito o foco do município. O pessoal prefere se cadastrar na pesca. A ajuda financeira do governo é maior para a pesca. Como projetos novos vem se implantando um horto medicinal no PSF de Caipe e no PSF de Pitangueiras. Para além disso, a UNILAB está cedendo parte de seu terreno para fazer uma horta cerca de 2 hectares para em parceria com a prefeitura desenvolver a RENIVA que é um projeto Global de Segurança e Saúde Alimentar feita pela Embrapa. Esta como não possui áreas de terras para produzir trabalha em parcerias com a prefeitura e com a UNILAB na produção de manivas. A prefeitura entra com mecanização e cercadura. A prefeitura estará cercando. Depois será incentivado a distribuição de mudas de mandioca. Além da construção de casas de farinha do município.

Tabela 2 - Distribuição de sementes

DISTRIBUIÇÃO DE MILHO E FEIJÃO 2013/2018	
FEIJÃO (KG)	MILHO (KG)
3.000	2.550
420 agricultores atendidos	

Fonte: SEMAP (2018)

De acordo com a Tabela 2, expressa outra atividade que a SEMAP também desenvolve que é a distribuição de sementes no qual totalizou 5500 kg de sementes, sendo que no ano de 2017 conseguiram distribuir 500 kg de sementes de milho e 500 kg de feijão.

Figura 4 - Entrega de Barracas no Bairro da Roseira - 2015

Elaborado por São Francisco do Conde (2012).

Na figura 4 representa a entrega de barracas novas destinadas a comercialização de produtos alimentícios da agricultura familiar em comunidade rural de Santa Eliza em São Francisco do Conde.

Figura 5 - Faixa da BA-522 ponto de Barracas de Santa Eliza - 2018

Elaboração Edmar Neves (2018).

Na figura 5, trata-se da situação atual das barracas. Tais políticas públicas apesar de terem tido a finalidade de trazer benefícios a comunidade, demonstrou não ter alcançado o devido sucesso. A organização das barracas padronizadas e a oferta de alimentos locais não são suficientes para impulsionar o comércio na faixa da Ba-522, na qual possui uma via de trânsito rápido.

Portanto, as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar do município são recentes, implementadas de maneira discreta na época do governo de Osmar Ramos e foram legitimadas no governo de Rilza Valentim com o Programa Campo para Todos sob lei Municipal 209/2011. Tais ações visam o incentivo a agricultura familiar, através da mecanização agrícola, capacitação, entrega de sementes, ferramentas e barracas para comercialização de alimentos produzidos.

5.2 PNAE PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

O Plano Nacional de Alimentação Escolar-PNAE destina 30% dos recursos federais do governo federal para a agricultura familiar. Entre 2013 a 2016 a Associação de Moradores de Jabequara foi a ganhadora do processo licitatório. A mesma possui 66 agricultores. Desde 2016 quem está no PNAE é Associação de Produtores do Caípe de Cima com 101 DAPs. A DAP significa: Declaração de Aptidão ao Pronaf, espécie de identidade dos agricultores, requisito do governo para fins de registros para a agricultura familiar. Compreende-se que este valor vem aumentando, o que é positivo para a agricultura familiar. Segundo a SEMAP (2018) atualmente 419 agricultores possuem DAPs.

Tabela 3 - PNAE- Programa Nacional de Alimentação Escolar

VALORES EM REAIS DO PROGRAMA NO MUNICÍPIO					
2013	2014	2015	2016	2017	2018*
219.774,60	310.582,80	219.014,40	206.763,28	273.827,28	351.000,00

* VALOR PREVISTO

Fonte: SEMAP (2018)

A tabela 3 trata-se dos recursos destinados ao PNAE do município que demonstra em crescente evolução. Durante aproximadamente 6 anos, tais valores vem oscilando e aumentou de 219 mil reais para 351 mil reais previsto para este ano de 2018.

Para compreender um pouco mais sobre o PNAE do município realizou-se uma entrevista com uma das primeiras organizações a utilizar o PNAE no município :A Associação de Moradores de Jabequara das Flores.

A nossa Associação recebeu verba do PNAE durante 3 anos. Nós agregamos todos os agricultores do município através da Secretaria de Agricultura. Hoje, como não ganhamos a última licitação estamos tendo problemas por conta desta exclusão. Pois o PNAE ajudava muita a gente. Ao total somos 66 associados. O critério de desempate foi o de maiores quantidades de DAPs. A do CAIPE de CIMA são 101 DAPs. Maior do que a nossa que é de 66 DAPs. Para ter DAP não precisa ter escritura. Existe o comodato que intitula alguém que possui terra. As pessoas daqui foram até a SETAF que fica em Camaçari e fizeram a DAP lá.²

A associação de Jabequara da Flores funciona com a contribuição mensal de 10 reais, mas nem todos pagam somente umas 30 pessoas. Os agricultores só podem receber até uns 20 mil reais por ano, porém muito não chegam a receber tudo isso. Teve um ano, que toda a associação vendeu uns R\$ 180 mil e quem mais vendeu arrecadou cerca uns 15 mil reais, todo o dinheiro excedente é totalmente devolvido ao governo Federal relata a pessoa entrevistada.

Sobre os desafios enfrentados pela associação:

Um dos problemas do PNAE a burocracia com a licitação e o atraso no pagamento. Ela é feita sobre suas secretarias a SEDUC que é de onde vem os recursos e a SEMAP que cuida da parte da agricultura. No último edital pediram os itens que não se cozinha. Não podia aipim, em virtude de ter que cozinhar. Existe conflitos entra o contrato da empresa que presta serviço da escola que se nega a cozinhar aipim. Em 2015 os itens como aipim, banana da terra, quiabo, ovos batata doce foram tirados do cardápio. Outro problema é que no cardápio recebia os mesmos alimentos tanto da firma quanto da agricultura familiar. Antes tínhamos a EBDA. Depois extinguiram. A EBDA fazia DAP. O agrônomo vinha dava orientações, acompanhamento técnico. Emitia a DAP. Hoje em dia isso não existe mais.³

A Associação de Jabequara das Flores, foi a pioneira na participação do PNAE do município. Apesar de haver uma contribuição significativa deste programa, os critérios licitatórios são questionáveis, visto que o item de desempate é a quantidade maior de DAPs. Na entrevista da associação assim como no SEMAP, foram mencionadas a importância da EBDA -Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola que foi extinta trazendo dificuldades para a gestão pública e para os agricultores. A atividade agrícola para ser bem-sucedida precisa bastante de

² Entrevista com representante da Associação de Jabequara das Flores.

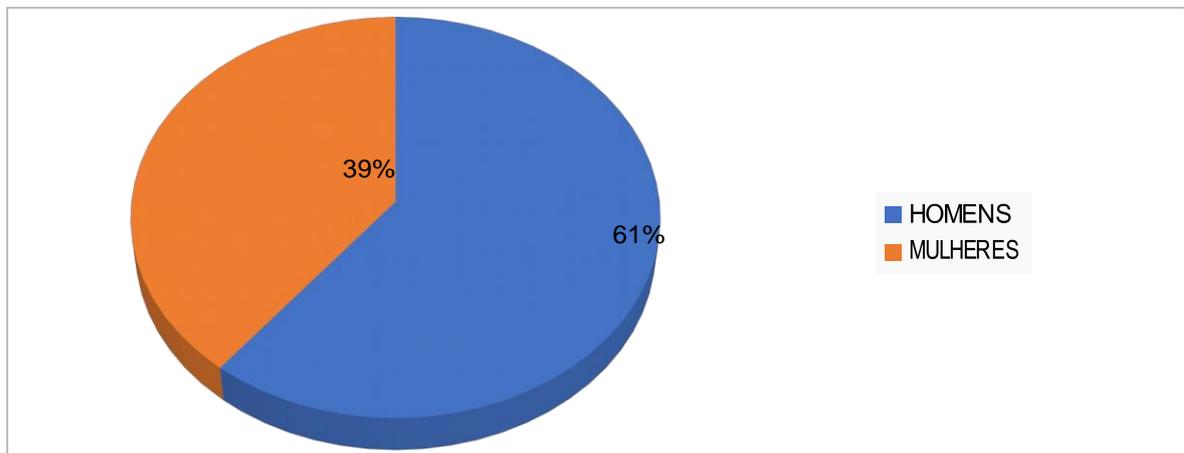
³ Entrevista com representante da Associação de Jabequara das Flores.

acompanhamento e assistência técnica

5.3 RESULTADOS DE 28 QUESTIONÁRIOS

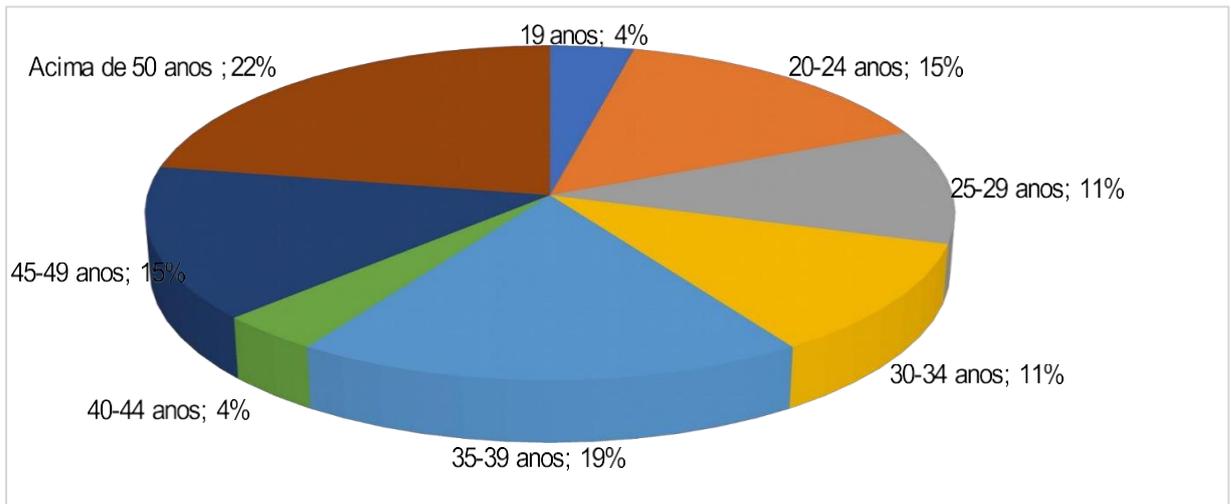
Na Associação de moradores de Jabequara da Flores foi aplicado um questionário entre os dias 07/06/2018 a 14/06/2018 para compreender a situação atual da agricultura familiar do município no que tange as suas políticas públicas. Participaram voluntariamente, 28 associados que possuem DAP, que são considerados legalmente como agricultores familiares e que usufruem diretamente das políticas públicas exercidas pelo governo.

Gráfico 1 - Distribuição dos associados por sexo



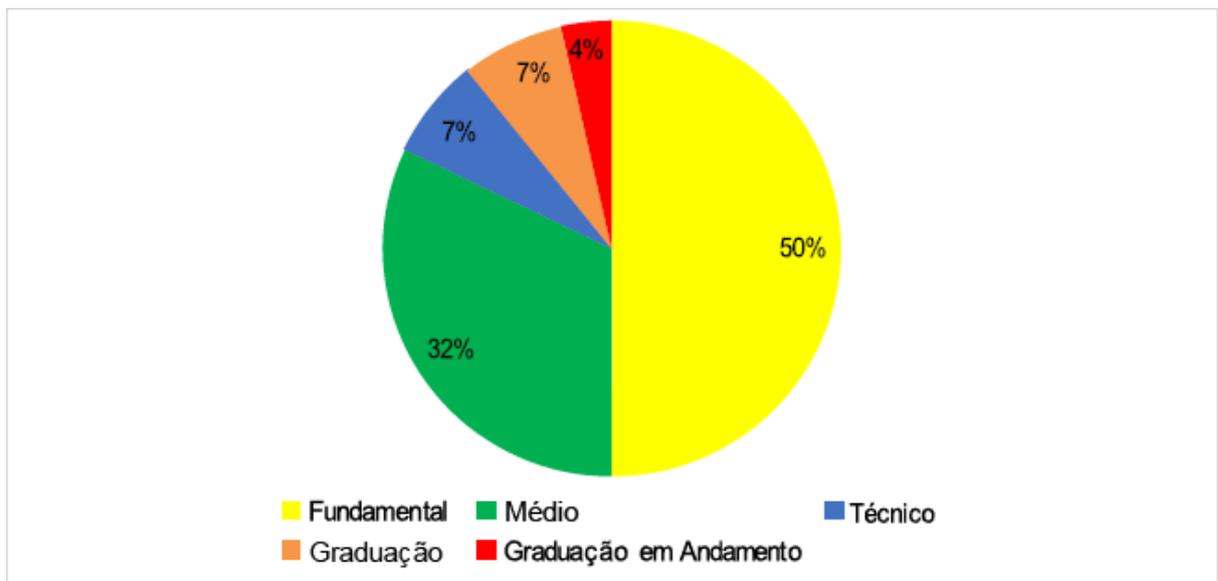
Fonte: Dados da pesquisa de campo (2018)

A maioria dos associados é composta do sexo masculino sendo 17 homens que correspondem a 61 % e 11 mulheres correspondente a 39%.

Gráfico 2 - Distribuição por faixa etária

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2018).

A maioria dos associados estão na faixa etária acima de 50 anos, seguida da faixa 35- 39 anos 18 % e empatados na proporção de 15% com 20-24 anos e 45-49 anos.

Gráfico 3 - Distribuição por formação acadêmica

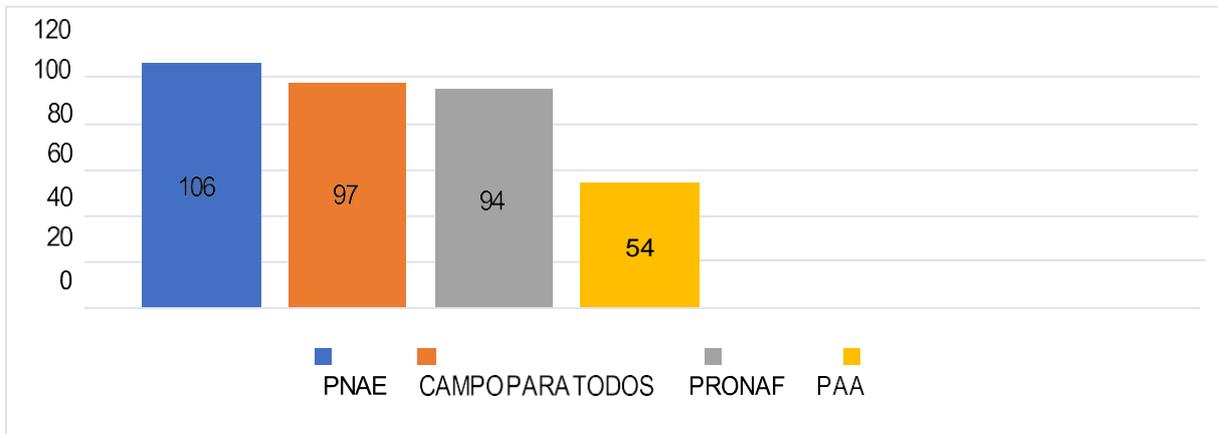
Fonte: Dados da pesquisa de campo (2018)

A maior parte dos associados possuem ensino fundamental 50% seguida de 32% de Ensino Médio, 7% empatados com Ensino Técnico e de Graduação e 4% com graduação em andamento.

Para a elaboração dos gráficos de 4 a 8 a seguir foram adotados critério de avaliar com pontuações de 1 a 5 pontos a fim de avaliar quais são as principais políticas públicas na ótica dos

agricultores.

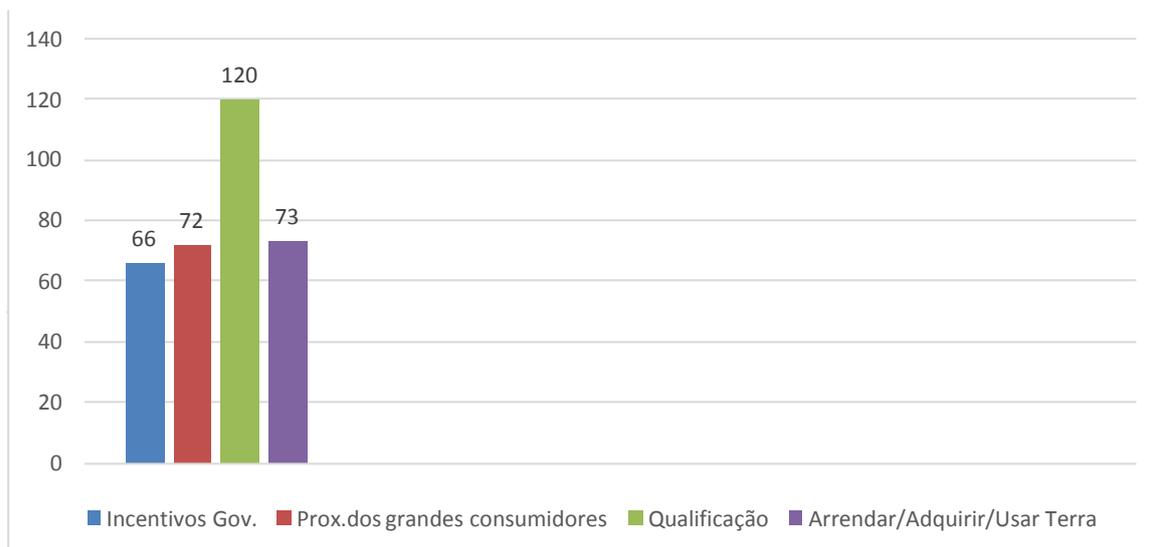
Gráfico 4 - Principais Políticas Públicas



Fonte: Dados da pesquisa de campo (2018)

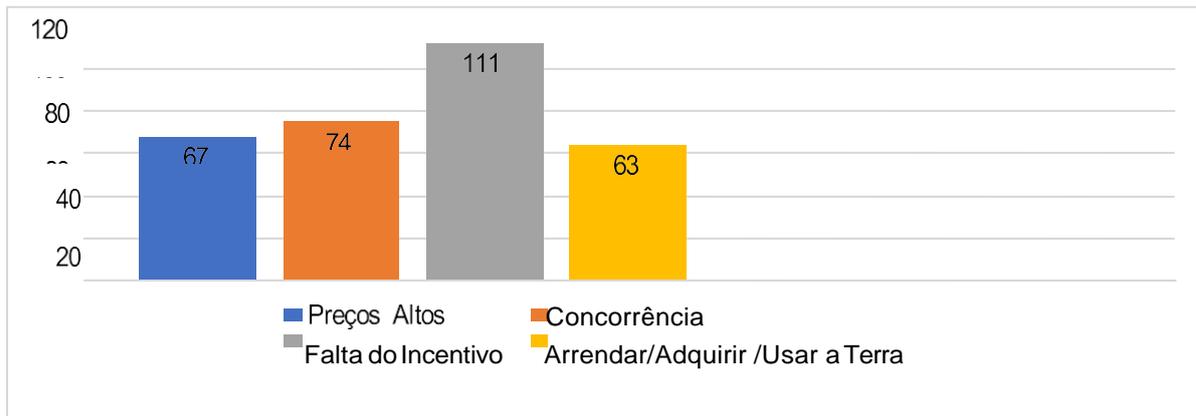
A principal política pública na opinião dos associados é o PNAE com 106 pontos. Seguida de campo para todos com 97 pontos, Pronaf com 94 pontos e por último o PAA com 54 pontos. Este resultado corrobora com a SEMAP que reflete na maior contribuição da agricultura familiar do município ser de recursos federais.

Gráfico 5 - Fatores que contribuem com a agricultura familiar



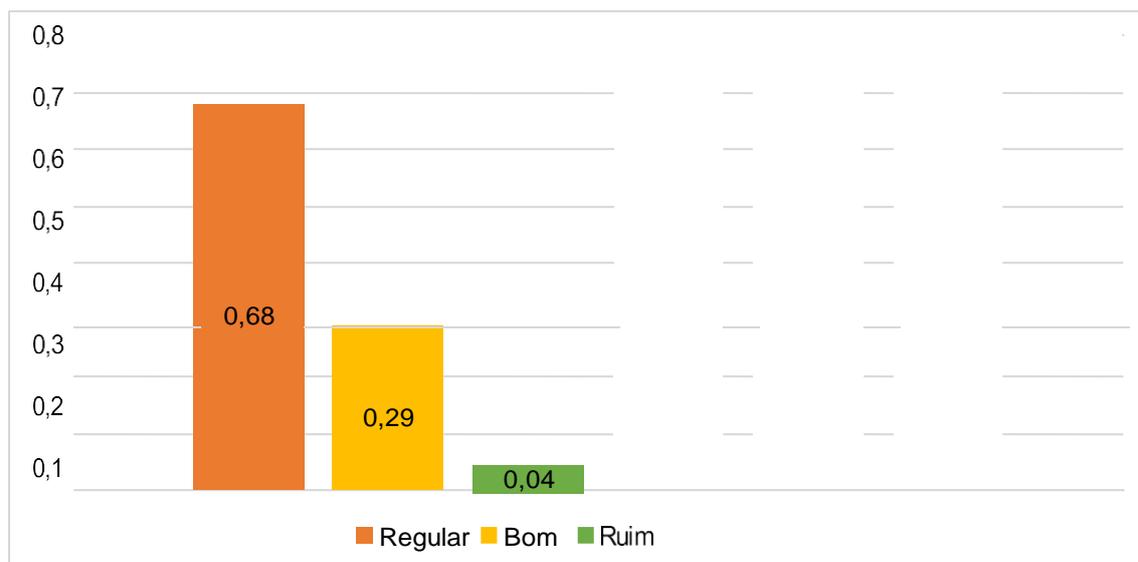
Fonte: Dados da pesquisa de campo (2018)

O fator que mais contribui para a agricultura familiar de São Francisco do Conde é Qualificação com 120 pontos, em segundo lugar com 73 pontos, arrendar;/adquirir/usar a terra, em terceiro segue a proximidade dos grandes consumidores Candeias e Santo Amaro com 72 pontos. O último avaliado é o item Incentivo Governamental.com 66 pontos.

Gráfico 6 - Fatores que prejudicam a agricultura familiar

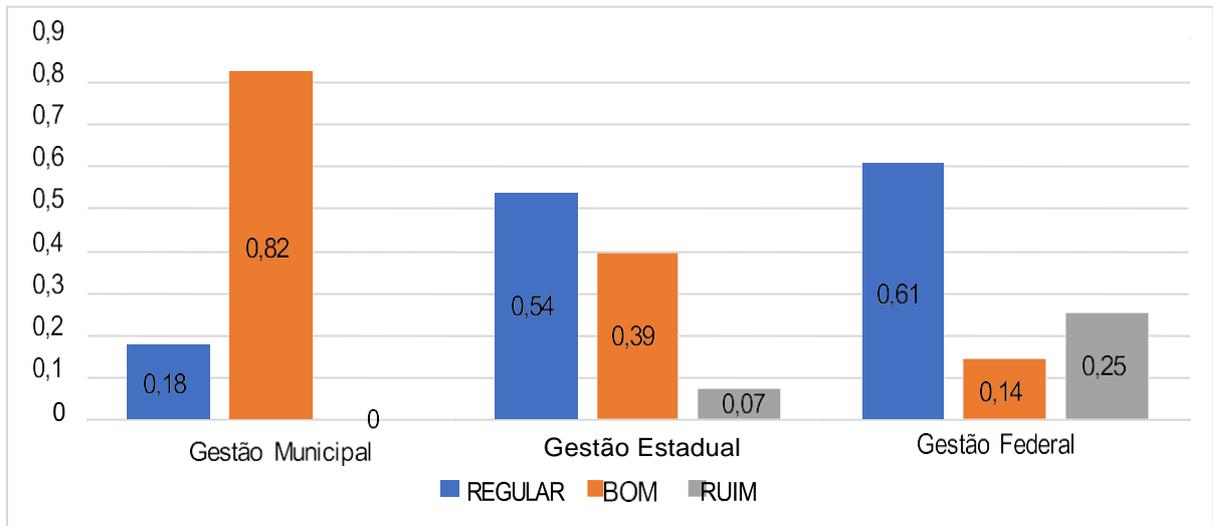
Fonte: Dados da pesquisa de campo (2018)

O fator que mais prejudica a agricultura familiar de São Francisco do Conde 63,63% é a falta de incentivo e em segundo lugar concorrência de Santo Amaro e Candeias seguido de arrendar e utilizar terras e por últimos preços altos.

Gráfico 7 - Avaliação das atuais políticas públicas para a agricultura familiar

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2018)

A maioria dos associados avaliam a política pública para a agricultura familiar os 67,85% regular, 28,75% bom e 3,57% ruim.

Gráfico 8 - Avaliação Atual das Gestões Públicas para a Agricultura Familiar

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2018)

A Gestão Pública Municipal para a agricultura familiar é bem avaliada pelos associados com 82,14% como bom e 17,85 % como regular.

A atual Gestão Pública Estadual para a agricultura familiar avalia em 53,57% como regular, 39,28% bom e 7,14% ruim.

Por último segue a atual Gestão Pública Federal para a agricultura familiar que é a pior avaliada entre os três, no qual 60,71% avaliam regular, 25% ruim e 14,29% bom.

Figura 6 - Local destinado a feira livre na SEDE em junho de 2018.

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2018)

A figura 5 ilustra a feira livre da sede de São Francisco do Conde e possui uma localização considerada de difícil acesso, pois está localizada ao fundo do prédio do antigo mercado

municipal. Fica distante de transeuntes, turistas e de possíveis potenciais compradores. Alguns agricultores sugerem para melhorar o comércio de seus produtos, a ampliação e maior organização deste importante espaço.

Como sugestões de melhorias levantadas por alguns associados para a agricultura familiar, segue abaixo:

- I. Cadastrar todos os agricultores do município a fim de contemplar de fato, nas políticas públicas;
- II. Melhorar o edital para o processo licitatório de fornecimentos de alimentos da agricultura familiar;
- III. Melhorar a distribuição e verbas do PNAE para todos os agricultores;
- IV. Fiscalizar melhor a distribuição destas verbas, garantir as políticas públicas estaduais e federais para o município;
- V. Fortalecer as feiras livres;
- VI. Fortalecer as feiras livres nos bairros;
- VII. Organizar melhor a feira municipal;
- VIII. Melhorar o espaço da feira municipal;
- IX. Garantir que o PAA venha para o município;
- X. Garantir que os órgãos da prefeitura comprem dos produtores;
- XI. Investir na capacitação e na venda da produção dos agricultores através de verbas federais e estaduais disponíveis para a agricultura;
- XII. Garantir um mercado para a venda dos produtos.

A maioria dos questionários foram respondidos por homens e mulheres idosos e adultos do ensino fundamental que consideram o PNAE e o Campo para todos respectivamente os principais programas voltados para a agricultura familiar do município. A maioria afirma que a qualificação é o fator que mais contribui para a agricultura familiar enquanto que a falta de incentivo é o fator que prejudica a agricultura familiar. A melhor avaliação para compromissos voltadas para a agricultura familiar é da Gestão Pública Municipal no qual 82,14% considera bom, seguida da Estadual com 53,57% como regular e a Federal como regular e com grande avaliação de 25% de ruim.

A maioria das sugestões de melhorias para a agricultura familiar estão focalizadas na fiscalização, distribuição da renda do PNAE entre todos os agricultores do município, na atração

de mais políticas públicas, melhoria dos espaços e da organização das feiras livres nos bairros.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como universo de estudo a contribuição das políticas públicas para a agricultura familiar em São Francisco do Conde e foi elaborado através de pesquisa bibliográfica, fontes de artigos científicos, entrevistas e questionários. Chegou -se a uma abordagem histórica do município no qual uma série de políticas voltadas para a elite manteve por séculos o sistema escravocrata que garantiu por leis a concentração de terras provocando o êxodo rural, o que desestimulou a pequena produção agrícola e focalizou a agro exportação. Se antigamente o recôncavo passou a servir de quintal para os barões de engenhos de cana que moravam na capital e outros estados e que pouco se comprometiam com a sociedade local e sim com o seu patrimônio, atualmente, hoje no Brasil se continua a fazer o mesmo, sendo um país politicamente e economicamente subalterno aos interesses de sua agricultura as metrópoles internacionais.

Nas investigações realizadas houveram dificuldades em encontrar dados atuais no IBGE, pois o último Censo Agropecuário ocorreu no ano de 2006 e de obter dados sobre o município nas próprias bibliotecas públicas da Câmara de Vereadores e do município.

Contribuíram muito para elaborar este trabalho: a vivência e observação sobre o município, o contato com autores que dissertaram sobre temas correlatos, moradores, empregados de fazendas, agricultores familiares, os quais foram indicando fontes de dados, sites, atores sociais. Na Secretaria Municipal de Meio ambiente Agricultura e Pesca foram encontrados dados estatísticos atuais da participação da agricultura familiar no município.

A Pesquisa de Campo foi fundamental para conhecer de perto exemplos da agricultura familiar do município e a abrangência de suas políticas públicas. O município participa do PNAE e o Campo para Todos, programas que vem ajudando a agricultura familiar. Foi muito interessante conhecer as comunidades agrícolas, em especial a de Associação de Jabequara das Flores, compreender o perfil de seus agricultores e os seus principais problemas e desafios enfrentados.

As oportunidades econômicas no município como a implantação da lavoura açucareira, fundação da Imperial Escola Agrícola e a construção da refinaria não foram suficientes para demandarem políticas que incentivassem o setor primário, no qual tornou-se pauta de reivindicações recentemente. Existe um ranço social, histórico e econômico que são entraves para a agricultura familiar.

Trata-se de um dos municípios com a maior concentração de terras em posse de poucos proprietários. Também pelo desumano processo escravagista que criou um abismo social profundo e o racismo, a falta de políticas públicas indenizatórias para com ex- escravos e ex- trabalhadores de usinas açucareiras que desestimula a atividade agrícola ; o clientelismo que fez a população tornar subalternos e dependentes dos políticos, que em troca de votos e favores almejam cargos e facilidades com a prefeitura; A corrupção que faz com que não haja uma distribuição uniforme de renda; o atraso social que afugentou munícipes em busca de condições melhores de oferta de emprego e estudos; O advento do petróleo que impulsionou o desenvolvimentismo , transformou a cidade e agravou a escassez de mão de obra das usinas; A ditadura militar que tornou a cidade área de segurança nacional trazendo uma profunda inércia para a pequena produção agrícola; A exploração de terra e o ressarcimento através dos royalties, fez aumentar ainda mais a concentração de terras e as encarecê-las; Os melhores salários na indústria petrolífera que absorve a mão de obra agrícola e a faz torná-la escassa impactando no funcionamento das usinas.

As políticas voltadas para a agricultura familiar vão aparecendo a partir do agendamento de demandas para transformar o meio rural praticamente esquecido por décadas. A contribuição das políticas públicas para a agricultura familiar traz compreensão de ser um tema atual e importante para a renda e segurança alimentar dos munícipes.

O Programa Municipal Campo para Todos, incentiva a mecanização, plantio e capacitação dos agricultores, tal política foi bem avaliada pelos associados, entretanto foi constatado que atualmente, com recursos federais o PNAE é quem mais contribui financeiramente com a agricultura familiar do município sendo reconhecido através do questionário pelos associados como a principal política pública. O critério de desempate do PNAE que é a quantidade de DAPs é considerado desastroso e ineficaz para a agricultura familiar do município sendo que na entrevista com a Associação ficou claro que os recursos ainda retornam em virtude da baixa produção de alimentos dos agricultores cuja a meta é desafiadora. Deveriam ser levados em conta a quantidade demandada pelos alunos e ter em média quantos agricultores são suficientes, e no caso de uma associação não suprir, ir alocando a próxima até formar a quantidade de agricultores suficientes.

As políticas públicas contribuem para a agricultura familiar, mas estas somente não são capazes de dar autonomia aos pequenos produtores que precisam de empreendedorismo para desenvolver a sua produção e gerar renda. Sugiro que a prefeitura junto com parcerias continue fomentando a agricultura familiar no município com foco no empreendedorismo, motivando as feiras livres; Seja incentivado mais as cooperativas e associações; Que as políticas sociais estejam atreladas a agricultura familiar a fim de capacitar pessoas a produzirem seus próprios alimentos; Deve-se reduzir a burocracia de acesso ao PNAE e de outros programas públicos que acaba

segregando os agricultores familiares que são relativamente poucos nos municípios. Com este trabalho espera-se contribuir para conhecer um panorama maior sobre este tema ressaltando que podem existir agricultores que não estão cadastrados pelo DAP e ainda existem muitos locais no município a serem explorados.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas (SP): Editora Hu- citec/Editora da UNICAMP, 1992.
- CUNHA, Mario Pinto da. **Memorial de São Francisco do Conde/Bahia**. Salvador: Central, 1977.300 p.
- CUNHA, Silvio Humberto dos Passos. **Um retrato fiel da Bahia: sociedade racismo- economia na transição para o trabalho livre no recôncavo açucareiro,1871-1902**. 2004.272p Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP.
- FARAH, Marta Ferreira Santos. **Análise de políticas públicas no Brasil: de uma prática não no- meada à institucionalização do “campo de públicas** . Fundação Getúlio Vargas / Escola de Administração de Empresas de São Paulo / Departamento de Gestão Pública São Paulo / SP — Brasil,2016
- FONSECA, Dagoberto José. **Políticas Públicas e ações afirmativas/** Dagoberto José Fonseca. São Paulo. Selo Negro, 2009 (Consciência em debate/coordenada por Vera Lúcia Benedito)
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa/**Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.
- IBGE -Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Panorama de São Francisco do Conde. Disponível em < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/sao-francisco-do-conde/panorama>> Acesso em 13 jun.2018
- _____ disponível em < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/sao-francisco-do-conde/pesquisa/18/16459>> Acesso em 13 jun. 2018
- INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Disponível em < <http://www.incra.gov.br/tabela-modulo-fiscal>>Acesso em junho de 2018.
- LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica** / Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. - 7. ed. - São Paulo: Atlas 2016.
- PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: colônia/**Caio Prado Jr.; entrevista Fernando Novais; posfácio Bernardo Ricupero-1ºed.-São Paulo: Companhia das Letras,2011.
- PEDREIRA, Pedro Tomás. **Notícia Histórica de São Francisco do Conde** 1976: Alfa, 1976.103 p.
- SANTANA, Jaciara de. **São Francisco do Conde e o enigma da riqueza e pobreza no Recôncavo baiano/**Jaciara de Santana-Salvador-BA:UCSAL/PPG Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social,2011 .159 p.
- SANTOS, Edvaldo Hilário dos. **Desenvolvimentismo, atividade petrolífera e degradação ambiental em áreas pesqueiras em São Francisco do Conde, Bahia**. 207 f., 297 mm. (UnB-CDS, Mestre, política e Gestão Ambiental, 2004).

SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. O que é a agricultura familiar. Brasil, 06 set.2016. Disponível em: < <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/o-que-e-agricultura-familiar> > Acesso em 13 jun.2018.

Bahia recebe 1,4 milhão para ampliar adesão ao PNAE. Brasil. 09 fev.2017. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/bahia-recebe-r14-milh-para-ampliar-ades-ao-pnae> > Acesso em jun.2018.

SILVA, Carlos Augusto Santos da. MENEZES, Joelza. SILVA, Jussara. SILVA, Marcia de Santana. **Desenvolvimento social a partir do programa Bolsa Família: Estudo da região do recôncavo baiano na localidade de São Bento das Lages em São Francisco do Conde / São Francisco do Conde**, 2014. xxx f.

SINDIPETRO-BA. Sindicato do Petroleiros da Bahia. **História do petróleo na Bahia e fundações dos sindicatos de petroleiros.** Disponível em: < <http://www.sindipetroba.org.br/novo/nossa-historia.php?id=3168> > Acesso em 13 jun.2018.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade;** AATR-BA,2002

TOURINHO, Maria Antonieta de Campos. **O Imperial Instituto Bahiano de Agricultura – a instrução agrícola e a crise da economia açucareira na segunda metade do séc. XIX.** Salvador: UFBA Mestrado em Ciências Sociais, 1982. 261 p. (Dissertação de Mestrado)

APÊNDICES

APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS: ENTREVISTA

A coleta de dados foi realizada mediante três entrevistas não estruturadas e focalizadas durante os meses de abril e maio de 2018 na Secretaria de Meio Ambiente Agricultura e Pesca- SEMAP e na Associação de Moradores de Jabequara das Flores bairro do município de São Francisco do Conde -Bahia.

A primeira entrevista foi realizada no dia 27/04/2018 com a representante da Associação de Moradores de Jabequara das Flores e abordou os seguintes aspectos:

- Políticas públicas voltadas para a associação comunitária;
- Problemas enfrentados pelos agricultores;
- Experiência com o PNAE;
- Dificuldades dos agricultores para acesso ao PNAE.

A segunda entrevista foi realizada no dia 08/05/2018 com a Assistência Técnica do SEMAP teve o objetivo de coletar as informações sobre os seguintes assuntos.

- Panorama da Agricultura Familiar do município;
- Papel desenvolvido pelo SEMAP em prol do fortalecimento da agricultura familiar;
- Contribuições do Programa Campo para Todos.

E por último foi realizado uma entrevista no dia 16/05/2018, com o gestor da SEMAP, a fim de coletar informações sobre a trajetória da agricultura familiar no município. Para tal, enfatizou-se:

- Abordagem Histórica sobre agricultura familiar do município
- Potencialidades Agrícolas do município;
- Papel Desenvolvido pelo SEMAP;
- O Programa Campo para Todos e seus desafios.

QUESTIONÁRIO

A - PERFIL DO ENTREVISTADO

1 :Sexo

Masculino Feminino

2 :Faixa Etária:

Até 19 anos 25 – 29 anos 35 – 39 anos 45 – 49 anos
 20 – 24 anos 30 – 34 anos 40 – 44 anos Acima de 50 anos

3: Nível de escolaridade:

Fundamental Médio Técnico
 Graduação Graduação em andamento Outros .Qual(is)? _____

4: Qual é a principal Política Pública para A agricultura Familiar do Município? Enumere de 1 (menor pontuação) a 5 (maior pontuação)

PAA PRONAF CAMPO
 PARA TODOS PNAE OUTROS
 Qual(is)_____

5: Qual é o fator que contribui para a agricultura familiar de São Francisco do Conde?

Enumere de 1 (menor pontuação) a 5 (maior pontuação)

Incentivos governamentais Proximidade com grandes consumidores
 Qualificação Terra Outros .Qual(is)? ____

6: Qual é o fator que prejudica a agricultura familiar de São Francisco do Conde? Enumere de 1 (menor pontuação) a 5 (maior pontuação)

Preços Altos Concorrência (Feiras de Candeias e Santo Amaro)
 Falta de Incentivo Dificuldade de aquisição de Terra Outros.Qual(is)? _____

7: Como o (a) Sr (a) avalia as Políticas Públicas para a agricultura familiar?

Péssimo Ruim Regular Bom Excelente

8: Como o Sr(a) avalia o atual Gestor Público Federal para a agricultura familiar?

Péssimo Ruim Regular Bom Excelente

9: Como o Sr(a) avalia o atual Gestor Público Estadual para a agricultura familiar?

Péssimo Ruim Regular Bom Excelente

10: Como o Sr(a) avalia o atual Gestor Público Municipal para a agricultura familiar?

Péssimo Ruim Regular Bom Excelente

11: Sugestão para melhorar a agricultura familiar do município
